

FOLHA DE S. PAULO

Nem só de técnica se faz um juiz

RODRIGO CAPEZ

Avaliou-se só mérito e preparo do candidato. Mas a banca não pode indagá-lo sobre qual a sua religião? E se for um fanático? E sobre a sua estrutura familiar?

02 OUT 2012

O Tribunal de Justiça de São Paulo reconhece de forma plena, no Conselho Nacional de Justiça, a autoridade de que foi constitucionalmente investido: órgão superior de controle da atuação administrativo-financeira do Poder Judiciário.

O papel transformador do CNJ é indiscutível e, graças à sua destacada atuação, o Judiciário, nacionalmente, é um Poder melhor.

Apenas a ignorância ou a má-fé de alguns levam à afirmação de que a corte é refratária ao CNJ. O adjetivo retrógrado não deve ser imputado ao Tribunal de Justiça, e sim aos críticos que insistem em ignorar os avanços havidos na atual gestão.

Em vez de se lançarem luzes nas últimas declarações da ministra Eliana Calmon, que se disse “maravilhada” com o espírito de harmonia, irrestrita colaboração e transparência de São Paulo, há quem, de forma mendaz, insista em propalar a existência de um clima de tensão e animosidade entre o TJSP e o CNJ.

A anulação parcial do concurso para a magistratura de São Paulo, por questões de ordem formal, não deriva de um embate com o CNJ.

A Ordem dos Advogados do Brasil e o próprio CNJ atestaram que não houve preconceito, privilégios ou favorecimentos de qualquer ordem.

Filhos de desembargadores e de ministro do Superior Tribunal de Justiça e assessores de ministros do Supremo Tribunal Federal foram reprovados, a demonstrar a independência dos examinadores, cuja idoneidade e honradez foram ressaltadas pelo CNJ.

Como alguém se torna juiz? Por concurso público, regido pela resolução 75 do CNJ. Há várias provas escritas, investigação social, exame de sanidade física e mental, psicotécnico e, superadas essas fases, prova oral sobre questões jurídicas.

Diversos tribunais, após a realização pública do exame oral, sempre submetem os candidatos a entrevista reservada com a banca examinadora, a fim de melhor conhecer o seu perfil e complementar a análise psicossocial.

A entrevista, em nosso entender, permite contato mais próximo da banca examinadora com o candidato e contribui para aferir se ele realmente é apto e vocacionado para a magistratura.

Ninguém foi reprovado pela roupa que vestia, por ser ateu ou cristão, casada ou “desquitada”, branco ou afrodescendente. Avaliou-se só o mérito, o preparo do candidato.

Permitir que alguém se torne juiz e seja investido de graves poderes para decidir sobre a liberdade, os bens e o destino de uma pessoa é uma enorme responsabilidade.

A banca não pode indagar ao candidato a sua religião? Se ele for um fanático, um intolerante religioso, sua imparcialidade não estaria seriamente comprometida? Indagá-lo sobre sua estrutura familiar é desarrazoado?

Não se trata de preconceito, mas de identificar quem é o candidato que deseja ser juiz e as razões que o movem. Nenhuma empresa contrata funcionário qualificado sem entrevistá-lo pessoalmente.

O CNJ decidiu que são vedadas entrevistas reservadas, pois a transparência é a regra. Respeitosamente, propomos que o CNJ, em nova resolução, permita a realização de entrevista, de forma pública e gravada, para seu controle.

Não basta a boa técnica para ser juiz. Como advertia Fernando Pessoa, “sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica. Fora disso sou um doido, com todo direito a sê-lo”.

A magistratura exige equilíbrio, bom senso, retidão de caráter, idoneidade moral. E a entrevista pode colaborar decisivamente para a aferição desses requisitos.

RODRIGO CAPEZ, 44, é juiz assessor da presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

Palavra de magistrada

JANIO DE FREITAS

Cármen Lúcia lembra-nos
de que o golpismo é parte
da política brasileira desde
a Proclamação da República

02 OUT 2012

AO FINAL de seu voto seguro e claro, na última sessão do Supremo na semana passada, a ministra Cármen Lúcia pediu para expor uma preocupação à margem do processo. Por motivos que não vêm ao caso, o improviso da ministra não foi incluído no noticiário ou, na exceção em que o foi, perdera a parte de mais profunda significação e fruto de uma coragem incomum, nas circunstâncias. Reproduzo o trecho:

“O sistema brasileiro, acolhido em 1988, é muito difícil. Porque um governo que não tenha maioria parlamentar tende a não se sustentar. Ele cai. E se ele não cair, pouca coisa será feita. Então, cada vez é preciso mais rigor na ética e no cumprimento das leis pelos políticos. Para que a gente cumpra esse tão difícil modelo brasileiro exatamente com o rigor que a sociedade espera de cada agente, de cada servidor público.”

Neste país, afirmar a existência de “democracia plena” e do “funcionamento perfeito das instituições” é obrigação e banalidade. Se houver, porém, algo discutível naquele trecho, não é o reconhecimento de que o sistema brasileiro, produzido pela festiva Constituinte de 88 e intocado na Constituição, é mais difícil do que o Brasil pode ter.

E muito menos caberia discutir, com boa-fé, o honesto e bravo reconhecimento, por magistrada de intocada respeitabilidade e no próprio Supremo Tribunal Federal, de que “um governo que não tenha maioria parlamentar tende a não se sustentar.”

A admitir-se a possibilidade de “mais rigor na ética e no cumprimento das leis pelos políticos”, as

palavras de Cármen Lúcia são o chamado à exigência de correções que tornem o sistema político menos difícil, para salvaguardar a incipiente democracia dos riscos em que, sem isso, acabará por sucumbir.

Mesmo que não tenha sido seu propósito, as palavras de Cármen Lúcia lembram-nos de que o golpismo é parte da vida política brasileira desde a Proclamação da República, nada além de um golpe de estado trazido na ponta da espada militar. Um estigma de nascença.

A preocupação que motivou a ministra é a de que as repercussões dos fatos e do julgamento atual no Supremo não ajam contra a crença na política. Sobretudo nos jovens. “É a política ou o caos”, disse, “é a política ou a guerra”. O que se passou, e levou ao julgamento, “não significa que a política seja sempre corrupta”, e é preciso que isso não seja esquecido pelos muitos “já desencantados entre os 138 milhões de eleitores”.

Mas, outra vez sem presumir intenção da ministra, sua preocupação permite observar que incidiu em lugar e momento particularmente oportunos. O atual julgamento no Supremo começou como um caso de “compra de apoio a votações de interesse do governo”. Apoio e votações estavam substituídos, às vezes, respectivamente por “votos” e “projetos”. O mesmo vale para os meios de comunicação. Com o passar dos dias, os ministros do Supremo foram preferindo deixar de fora a finalidade do valerioduto movido pelo PT.

Não ficou demonstrada a acusação de compra sistemática de votos, levada para o Supremo pela Procuradoria-Geral da República. A intervenção extra-voto da ministra Cármen Lúcia sugere aos ministros a possibilidade de que o financiamento (ilegal) de campanhas alheias, pelo PT, tenha mesmo figurado como aquisição de maioria parlamentar. Pelo temor, ou pela percepção, de que o governo “tendesse à queda”. A corrupção política foi instrumento — nesse caso como em outros hábitos vigentes na vida parlamentar.

02 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

A astúcia e o porrete

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI

Lavagem de dinheiro é o tema da moda no mundo jurídico.

Os ministros do STF tratam dele com frequência durante as discussões da ação penal 470 (mensalão). O Congresso aprovou e o Planalto sancionou recentemente uma lei a esse respeito. Advogados, promotores e juizes discutem os novos contornos do crime. Banqueiros e corretores avaliam o quanto as novas regras impactam suas atividades. Seminários e mesas redondas sobre o tema pululam pelo país.

Mas o que é, afinal, lavagem de dinheiro? É o ato de ocultar ou dissimular bens de origem criminosa, dando-lhes aparência lícita. O ato, por exemplo, do traficante de drogas que justifica sua riqueza com notas referentes a serviços não prestados ou à venda de bens inexistentes.

E por que esse fenômeno desperta tanto interesse? Porque cada vez fica mais claro, para a sociedade e para as autoridades públicas, que a melhor e mais eficaz forma de combate à criminalidade organizada é estancar a lavagem de dinheiro, seguindo os rastros do capital obtido com as atividades ilícitas, capturá-lo, impedindo o refinanciamento das estruturas criminosas.

Mais do que a prisão de seus integrantes, que são facilmente substituídos por outros, o efetivo enfraquecimento dessas “empresas” do delito se dá com a desmontagem dos esquemas que as sustentam.

Percebeu-se que o combate ao crime organizado não pode mais se li-

Contra a lavagem de dinheiro, temos de fortalecer os órgãos de inteligência, o Coaf. Aumentar as penas e a ameaça punitiva, retirando garantias, é irracional

mitar às tradicionais formas de repressão (viaturas, armas, polícia ostensiva). Essa estratégia de “mais do mesmo”, de fortalecimento do “inspetor de quarteirão”, não tem condições de fazer frente a elaborados esquemas delitivos, amparados em operações financeiras, transações internacionais e estrutura empresarial.

Um plano eficaz de enfrentamento do crime organizado passa pela estruturação de órgãos de inteligência de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, como o Coaf, com capacidade de receber, armazenar e sistematizar informações sobre movimentações financeiras atípicas, detectar complexos esquemas de encobrimento de valores sujos e municiar autoridades com dados que permitam congelamento de bens e identificação dos autores dos delitos.

Por isso, é importante uma política de fortalecimento das instituições de controle, com ampliação e treinamento de pessoal, e capacidade de analisar em tempo razoável as informações remetidas.

A nova lei de lavagem de dinheiro segue essa linha de ampliação das redes de conhecimento e informação. Confere mais poderes ao Coaf e vai além. Obriga todos os pro-

fissionais que atuam em áreas utilizadas com alguma frequência por lavadores de dinheiro, como bancos, corretoras de valores, agências de eventos, de intermediação de contratos esportivos, a que mantenham um cadastro atualizado de clientes, e notifiquem autoridades públicas sobre qualquer suspeita de atos de encobrimento de dinheiro sujo praticado por seus usuários.

Claro que haverá discussão sobre a extensão e os limites dessas obrigações. Mas, uma vez assentados os seus contornos e corrigidos os excessos e exageros, será instituído um ambiente de maior controle das operações financeiras e comerciais, e, certamente, mais difícil para os atos de lavagem de dinheiro.

O incremento das agências de controle e as obrigações previstas na nova lei são um bom exemplo de como é possível aprimorar uma política criminal sem recorrer ao irracional aumento de penas e à supressão de garantias.

Substituiu-se a pura ameaça punitiva pela sofisticação de um sistema de inteligência eficiente, o terror simbólico vazio pela tecnologia da informação. Mas ainda falta investir mais no aperfeiçoamento de armas como a perícia, análise e inteligência de forma geral. O sucesso da empreitada depende da vitória da astúcia sobre o porrete.

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, 35, é advogado, professor de direito penal da USP e defensor do ex-deputado federal Professor Luizinho no julgamento da ação penal 470

FOLHA DE S. PAULO

ÉLIANE CANTANHÊDE

O adversário

BRASÍLIA - A semana que antecede as eleições é de Joaquim Barbosa, o menino negro do interior, filho de pedreiro, que se formou em direito, fez mestrado e doutorado nas melhores universidades, estudou línguas e está bagunçando o coreto do Supremo Tribunal Federal justamente no chamado "julgamento do século". Ao nomeá-lo, Lula escreveu certo por linhas tortas. Dizem que está arrependidíssimo.

Joaquim é ministro de amor e ódio, de ame-o ou deixe-o. Adorado pela opinião pública —sobreto em Brasília, onde continua sendo o "Joca" dos tempos de UnB—, é odiado por petistas de cúpula e de base, mexendo com a solenidade fria do STF e com as emoções quentes dos colegas. Especialmente dos mercuriais.

Respaldado pela toga, justificado pelas dores de coluna, perdoado pelas origens e exposto pelas transmissões ao vivo, ele bateu boca e trocou adjetivos nada polidos com Gilmar Mendes (em outros julgamentos), com o revisor Lewandowski (virou uma guerra) e com o polemista Marco Aurélio (que ultrapassou limites, ao ver perigo na ascensão de Joaquim à presidência, em novembro).

Algodão entre cristais, o presidente Ayres Britto faz o que pode, como vetar no site do tribunal uma nota do relator desancando Marco Aurélio em termos pouco usuais entre Excelências, ainda mais em público.

Veja que a escolha de "adversários" por Joaquim não é ideológica nem partidária —é improvável que, na cabine indevassável, Gilmar e Lewandowski depositem o mesmo voto. Talvez seja mais por excesso de convicções e seu desdobramento quase natural: o voluntarismo.

Pois será justamente Joaquim quem estará dissecando as entranhas do governo Lula e do PT nesta semana. Enquanto Lula e Dilma estiverem nos palanques e no horário nobre falando maravilhas de Haddad, Joaquim gastará tardes inteiras para contar os podres de José Dirceu e do partido do candidato. Guerra de audiências como nunca se viu.

02 OUT 2012

02 OUT 2012
FOLHA DE S. PAULO

Fim da farsa

Ministros do STF confirmam juízo de que mensalão implicou desvio de verbas públicas para comprar apoio de políticos no Congresso

Durante a 30ª sessão de julgamento do mensalão, ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu cabo de uma farsa que sobrevivia apenas para setores do PT e seus aliados, nos últimos sete anos.

A maioria dos ministros confirmou no plenário do Supremo que o mensalão foi um esquema concebido com a finalidade de assegurar apoio parlamentar durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

As provas reunidas pela Procuradoria-Geral da República foram suficientes, portanto, para convencer a mais alta corte do país de que o mensalão foi alimentado por verbas públicas utilizadas para comprar votos de membros do Congresso Nacional.

Fica, assim, relegada aos capítulos burlescos da história a tese mendaz de que o mensalão não teria passado de episódica distribuição de sobras de campanha, sem contrapartida de apoio político.

A tentativa de desqualificar o julgamento como um todo, no entanto, merece tratamento ainda mais severo. Não seria pequeno o prejuízo à República se o esforço de desvendar os atos de corrupção praticados no governo Lula ficasse carimbado como “golpismo” e “ataque à democracia” — pois as pechas atingiriam o próprio STF.

Talvez por essa razão o ministro Celso de Mello tenha feito defesa enfática dos procedimentos

adotados pelo Supremo. Antes de proferir seu duríssimo voto na sessão, o decano da corte reiterou que vêm sendo respeitadas as garantias constitucionais, que não houve desconsideração com direitos e que o processo do mensalão é conduzido sob ampla publicidade e permanente escrutínio público.

Quando presentes, esses princípios republicanos reforçam a legitimidade das decisões — é o que se dá agora com o STF. Quando ausentes, tornam-nas duvidosas — foi o que ocorreu com os negócios do PT imiscuídos no governo Lula.

Eis por que Celso de Mello classificou a corrupção como “perversão da ética do poder e da ordem jurídica”. Pela mesma razão, disse que “o Estado brasileiro não tolera o poder que corrompe nem tolera o poder que se deixa corromper”. E, para realçar sua decisão, afirmou que os réus do mensalão “transformaram a cultura da transgressão em prática ordinária”.

Sinal dos tempos, personagens conhecidos da política nacional estão entre os réus que já foram condenados nesse julgamento. Figuram nessa lista, por exemplo, os deputados federais João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT), além dos ex-deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Carlos Rodrigues (PL-RJ, atual PR).

Até aqui, o Supremo foi rigoroso ao condenar por corrupção passiva os réus que receberam dinheiro para ingressar na base de apoio a Lula. Parece haver pouca dúvida de que manterá o mesmo ânimo com os corruptores e de que nesse rol entrarão os líderes petistas José Dirceu e José Genoíno.

02 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Mello diz que réus são 'marginais do poder'

Em um dos votos mais duros do julgamento, ministro considera que houve compra de votos no governo Lula

Celso de Mello afirma que os envolvidos formam quadrilha de 'verdadeiros assaltantes dos cofres públicos'

Num dos votos mais duros contra os acusados do mensalão, o ministro mais antigo do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, disse que os réus eram "marginais do poder" e formaram uma quadrilha de "verdadeiros assaltantes dos cofres públicos".

Ele dedicou boa parte do voto, que durou mais de uma hora, para condenar práticas de parlamentares corruptos, "altos dirigentes do Poder Executivo e de agremiações partidárias" que "transformaram a cultura da transgressão em prática ordinária e desonesta de governo".

Mello praticamente adiantou que votaria pela anulação de leis que, graças ao esquema de compra de votos, foram aprovadas pelo Congresso, como as reformas tributária e da Previdência Social.

Isso porém só ocorreria se houvesse um questionamento em relação a elas por meio de ação direta de inconstitucionalidade. O ministro disse que, assim como é possível anular uma decisão judicial vendida, uma lei aprovada ilegalmente poderia ser julgada inconstitucional.

Mello foi um dos ministros que julgaram que houve compra de votos no governo Lula e defendeu punição "com peso e rigor". Para ele, o proces-

“Trata-se de uma quadrilha de bandoleiros de estrada, cuide-se, como no caso, de uma quadrilha de verdadeiros assaltantes dos cofres públicos”

CELSO DE MELLO
ministro do Supremo Tribunal Federal

so "revela a face sombria daqueles que, no controle do aparelho de Estado, transformaram a cultura da transgressão em prática ordinária e desonesta de governo".

As pesadas críticas contra os envolvidos no esquema duraram quase 20 minutos.

"Esse quadro de anomalia revela as gravíssimas consequências que derivam dessa aliança profana entre corruptos e corruptores, desse gesto infiel e indigno de agentes corruptores, tanto públicos como privados, e de parlamentares corruptos com comportamentos criminosos devidamente comprovados."

Mello rebateu os argumentos de Rosa Weber e Cármen Lúcia, que votaram pela absolvição dos réus acusados de formação de quadrilha.

Elas sustentam que isso só poderia ser aplicado a grupos que se formam para cometer crimes e pôr em risco a paz social. Para Mello, o ato de corrupção põe em risco essa paz.

02 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Julgamento de Borba por lavagem termina empatado em 5 a 5

Britto afirma que caso ficará para o final;
Marco Aurélio diz que Britto deve desempatar

Com dez integrantes desde a aposentadoria do ministro Cezar Peluso, o Supremo Tribunal Federal se viu ontem diante do primeiro empate no julgamento do mensalão.

A análise das acusações de que o ex-líder do PMDB na Câmara, José Borba (PP), hoje prefeito de Jandaia do Sul (PR), lavou dinheiro do “valerioduto” terminou com um placar de 5 votos pela condenação e 5 pela absolvição.

Ao constatar o problema, o presidente do tribunal, ministro Ayres Britto, afirmou que o caso será solucionado só no final do julgamento.

Segundo reportagem publicada pela **Folha** em setembro, o STF deverá absolver o réu por essa acusação, ao entender que não pode puni-lo sem maioria real para isso.

Tal posicionamento sobre o que fazer diante de um empate, porém, não terá apoio unânime. Ontem mesmo, o ministro Marco Aurélio Mello afirmou que o regimento interno do STF diz que o presidente do tribunal deve desempatar a questão.

Também ontem, durante o intervalo da sessão, o procurador-geral da República defendeu a mesma solução.

Mesmo absolvido pelo crime de lavagem, o que deve acontecer se nenhum ministro mudar de voto, Borba foi condenado por unanimidade pelo crime de corrupção passiva, por ter ficado comprovado que ele recebeu R\$ 200 mil do esquema do mensalão.

SEM RECIBO

Borba chegou a ir à agência do Banco Rural em Brasília para receber os recursos ilícitos, mas se recusou a assinar um recibo.

Por esse motivo, o empresário Marcos Valério enviou a Brasília a diretora financeira de sua agência de publicidade SMPB, Simone Vasconcelos, que sacou o dinheiro, atestando que era ela quem recebia, para repassá-lo ao então líder do PMDB.

Os ministros que votaram por sua condenação entenderam que Borba sabia sobre a ilicitude do dinheiro e se recusou a fazer o registro no banco para garantir que seu nome não apareceria, ocultando o real destinatário dos recursos. Votaram assim Joaquim Barbosa, Luiz Fux, José Antonio Dias Toffoli, Celso de Mello e Carlos Ayres Britto.

Já os ministros que votaram pela absolvição argumentaram que ele recebeu os recursos diretamente da mão da organização criminosa, tratando-se apenas de uma forma de concretizar o crime de corrupção passiva. São eles os ministros Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello.

02 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal reverte suspensão da Chevron

Transocean também é beneficiada em ação defendida pelo governo; paralisação atingiria produção da Petrobras

Interrupção havia sido pedida pelo Ministério Público, depois de vazamento de óleo no campo de Frade, no RJ

A petroleira Chevron e a fabricante de equipamentos para o setor petrolífero Transocean não precisarão mais parar suas operações no Brasil até o final do mês.

As duas estão envolvidas no derramamento de 3.700 barris de petróleo no mar no campo de Frade, na bacia de Campos, em novembro do ano passado.

Por causa do incidente, a suspensão havia sido determinada em liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em uma ação do Ministério Público do Rio de Janeiro.

A liminar foi suspensa ontem pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). A decisão do STJ, porém, impede que as empresas mantenham atividades no campo de Frade, com exceção da contenção do petróleo que ainda sai do solo do oceano por pequenas fissuras, trabalho que vem sendo feito pela Chevron.

Na sexta-feira, a diretora-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo), Magda Chambriard, esteve reunida em Brasília com o presidente do STJ, Felix Fischer.

Foi acompanhada pelo procurador-geral federal, Marcelo Siqueira Freitas, e pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Na reunião, Magda alertou para a gravidade da suspensão, que traria "lesão à ordem e à economia pública". Isso

porque, se a Transocean fosse suspensa, a Petrobras também seria afetada: oito das dez sondas que a Transocean mantém no país estão a serviço da Petrobras, inclusive no campo de Lula, na área do pré-sal da bacia de Santos.

No caso da Chevron, desde o acidente de novembro a ANP já havia determinado a suspensão das atividades de perfuração e injeção de água no campo de Frade.

A agência multou a petroleira em R\$ 35 milhões, valor que poderá subir para R\$ 37 milhões após o fim da análise de uma das infrações.

A empresa já pagou a primeira parte da multa com benefício do desconto de 30%, dado pela ANP pelo pagamento à vista.

Antes da liminar, a ANP e a Chevron estavam em plena negociação para o retorno da produção em Frade, de 70 mil barris diários, mas as duas partes aguardam a decisão final do TRF.

Apesar de a liminar ter sido suspensa, ainda falta julgar a ação principal, que determina o prazo de 30 dias a partir de 25 de setembro para que as empresas parem de atuar no país.

De acordo com a Chevron, a empresa "está buscando todos os meios legais ao seu dispor para cassar a liminar e demonstrar que a empresa sempre agiu de forma apropriada e diligente".

A Petrobras também está ajudando as duas empresas e entrou com mandato de segurança no último dia 28 contra a ação do MPF.

DERRAMAMENTO NO CAMPO DE FRADE

Chevron foi multada e chegou a ser proibida de operar no Brasil

CRONOLOGIA

8.nov.2011

Um pico de pressão inesperado no poço MUP-1, operado pela Chevron com sonda da Transocean, derrama 381,6 mil litros de óleo

21.nov.2011

Chevron é multada pelo Ibama em R\$ 50 milhões

23.nov.2011

Agência Nacional do Petróleo suspende atuação da Chevron no Brasil

14.dez.2011

Ministério Público pede indenização de R\$ 20 bilhões pelos danos ambientais

21.dez.2011

Polícia Federal indícia Chevron, Transocean e mais 17 executivos das duas empresas pelo derramamento. Petroleira diz que decisão "não tem mérito"

3.abr.2012

Ministério Público entra com nova ação contra Chevron e Transocean, pedindo outros R\$ 20 bilhões de indenização, por causa de um segundo vazamento em março

17.set.2012

ANP multa Chevron em R\$ 35 milhões pelo vazamento. Penalização corresponde a 24 infrações, das 25 que a ANP analisava do episódio ocorrido em novembro

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

CRIME E CASTIGO

Preso há 16 meses em Tremembé (147 km de SP), o jornalista Pimenta Neves entrará com pedido de progressão de regime em maio do próximo ano. Terá cumprido 1/6 da pena de 15 anos pelo assassinato da ex-namorada Sandra Gomide. “É quando, em tese, terá direito a passar para o regime semiaberto, podendo sair da prisão durante o dia para trabalhar”, diz a advogada Maria José da Costa Ferreira.

CRIME E CASTIGO 2

No cálculo da advogada de Pimenta entram os 23 meses passados em regime fechado no presídio, somados a outros sete, quando ele esteve preso antes do julgamento, mais a remissão dos dias trabalhados na prisão. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, o jornalista está escalado desde 4 de abril para “desenvolver atividades laborterápicas no setor de limpeza”. Cada três dias de trabalho geram um a menos na prisão.

CRIME E CASTIGO 3

Pimenta Neves pretende escrever uma autobiografia

02 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

Começa demolição da primeira penitenciária

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Começa nesta semana a demolição de parte dos prédios que compõem o complexo da Prisão Provisória de Curitiba (PPC), também conhecida como Presídio do Ahú, localizada no bairro de mesmo nome, e que foi desativada em 2006. A unidade penal foi a primeira do Estado, inaugurada em 1.909. No local, que tem 67,7 mil metros, está prevista a construção de um Centro Judiciário, conforme o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Mas, por causa do custo da obra (R\$ 750 milhões), o projeto será realizado por etapas.

A primeira obra prevista será o Fórum Cível da comarca da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) que deve ocupar um espaço de 15,6 mil metros do terreno total. De acordo com o presidente do TJPR, Miguel Kfourir Neto, a previsão é de que esta primeira obra, no valor de R\$ 14 milhões, esteja pronta em janeiro. No local existem 10 prédios, entre eles o Centro de Triagem, o prédio da PPC e seus anexos, a Prisão Feminina de Regime Semi-Aberto, entre outros. Apenas a estrutura externa do prédio histórico do presídio será preservada. A área interna passará por reformas e será readequada.

“Os tapumes já estão sendo colocados e a demolição começa em seguida, nesta semana ainda. Nove presos que ainda estavam no Centro de Triagem já foram retirados. Vamos iniciar pela obra do Fórum Cível, até porque é impossível conseguirmos recursos para todas as obras previstas no projeto do Centro Judiciário, fica muito além do nosso orçamento”, disse Kfourir Neto.

02 OUT 2012

02 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Fórum

Inaugurado ontem o fórum descentralizado da Cidade Industrial, espera-se novas medidas de fortalecimento da prestação jurisdicional. Em novembro há eleição do novo presidente: disputam-na Regina de Oliveira Portes, Clayton Camargo e Guilherme Luiz Gomes.

Atrito

Persiste um atrito em relação às obras do Centro Judiciário: concorrentes contestam a escolha pelo TJ da Cas-sol e depois de todos os recursos decidiram levar o fato ao Conselho Nacional de Justiça. O entorno, que Requião queria aproveitar como um parque é totalmente litigioso com mais de 250 famílias na invasão. Herdeiros da família Caetano Munhoz da Rocha pleiteiam demarcatória para definir áreas não incluídas em doações ao poder público.

02 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Advogada, não

A Justiça Eleitoral de Primeiro de Maio (Norte) determinou que a candidata a vice-prefeita Bruna Casanova (-PMDB) "insira na sua propaganda eleitoral, por pelo menos três dias consecutivos, a informação de que não é advogada". Ela, que é bacharel em Direito, deve ainda esclarecer que o dado sobre a sua ocupação foi colocado erroneamente no sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Bruna disputa na chapa encabeçada pelo Professor Erasmo (PTB). A decisão é do juiz eleitoral Julio Farah Neto, que estabelece multa de R\$ 5 mil em caso de descumprimento.

'Assemelhados'

A representação contra Bruna foi feita pelo candidato Daniel Renzi (PSDB), que também disputa a prefeitura. Na decisão, publicada no último dia 25, o magistrado, mesmo reconhecendo que não houve dolo na conduta da candidata, afirma que "seria de se esperar que aquele que almeja ocupar tão relevante função pública ao menos conferisse tais dados" na página do tribunal. Durante o processo, Bruna admitiu em sua defesa que a ocupação de advogada "decorreu de equívoco em seu preenchimento". A FOLHA conferiu o cadastro dela no TSE e, ontem, estava como "estudante, bolsista, estagiário e assemelhados".

DORA KRAMER

Inconstitucional

Na primeira parte da sabatina do ministro Teori Zavascki no Senado passou praticamente despercebida a resposta do indicado ao STF sobre a possibilidade de haver recursos a cortes internacionais para contestar as sentenças da ação 470.

Ele disse o seguinte: "Acho que é contra a nossa Constituição e contra a jurisprudência do Supremo".

Vida útil

Sem comparações. Apenas a título de contribuição ao conceito de velho e novo na política: se Nelson Mandela, 94, tivesse se aposentado aos 70 anos de idade não teria liderado o processo do fim do regime segregacionista do apartheid, não teria recebido o prêmio Nobel da Paz nem teria sido presidente da África do Sul, de 1994 a 1999.

Mandela retirou-se da vida pública aos 85 anos.

MILITÃO

III O ministro Joaquim Barbosa, do STF, negou, ontem, novo pedido de soltura para o goleiro Bruno Fernandes, do Flamengo, que está preso, acusado pelo desaparecimento da paranaense Elisa Samudio, cuja família mora em Foz do Iguaçu.

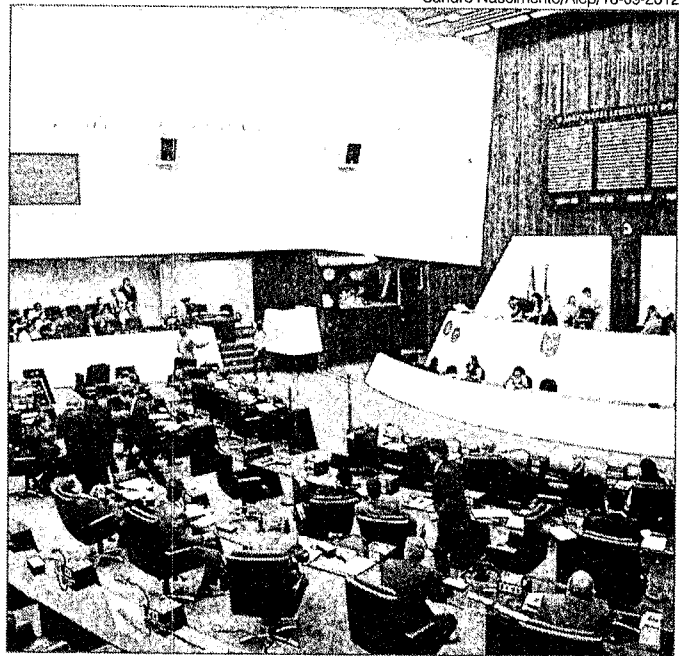
TRANSPARÊNCIA

Juíza manda AL 'republicar' atos dos últimos 5 anos

Sandro Nascimento/Alep/18-09-2012

● Nove pessoas já foram condenadas pela Justiça por envolvimento neste esquema de desvio de dinheiro público, com penas variadas. Oito processos criminais ainda tramitam na Justiça

● A Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa argumenta que desde fevereiro de 2011 já vem cumprindo com as determinações fixadas pela Justiça Estadual e não seria necessária a republicação das medidas anteriores



A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná tem 30 dias para **republicar** todas as informações funcionais dos últimos cinco anos, como a nomeação, exoneração e aposentadoria dos servidores que trabalharam na instituição neste período. A medida, determinada pela Justiça Estadual, decorre de ação movida pelo Ministério Público (MP) do Estado em maio de 2010, quando veio à tona um esquema milionário de desvio de dinheiro público dentro da AL, basea-

do na nomeação de "**funcionários-fantasmas**".

De agora em diante, a instituição fica legalmente obrigada a publicar todos os seus atos administrativos no Diário Oficial do Estado e na internet, para garantir a transparência dos procedimentos. Edições avulsas, como as utilizadas para "camuflar" irregularidades, estão proibidas. As medidas serviriam para desencorajar novos "atos secretos".

Em sua decisão, a juíza Caroline Basso alega que a

utilização solitária do periódico Diário da Assembleia, que chegou a ter edições de somente quinze exemplares, fere a moralidade administrativa. "A AL acabou agindo fora dos padrões de boa-fé e honestidade que devem nortear a sua atuação, pois diversos atos administrativos de grande importância e impacto financeiro deixaram de ser levados ao conhecimento da população e, nesse aspecto, foram retirados da esfera de controle dos cidadãos", alerta.

02 OUT 2012

METRO

TJ condena município a pagar por dano moral

O município de Curitiba e um servidor público foram condenados pelo TJ-PR (Tribunal de Justiça) a pagar R\$ 3 mil por dano moral aos familiares de um guarda municipal, já falecido, que sofreu assédio moral no trabalho.

Segundo o TJ-PR, o agente era constantemente agredido verbalmente, sendo chamado de doente mental pelo servidor, seu chefe.

O desembargador Ruy Cunha Sobrinho afirmou que assédio moral designa um "conjunto de comportamentos abusivos, humilhantes e constrangedores praticados pelo empregador contra o empregado, repetitiva e prolongadamente, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções".

Disse que "ocasionam lesões à integridade do trabalhador e a degradação de seu ambiente de trabalho, bem como proporcionam o sentimento de exclusão desse ambiente ou do convívio social".

02 OUT 2012

METRO

Biometria reduz eleitorado em 10%

● Entre as cinco capitais que fizeram o cadastramento biométrico, Curitiba foi a que mais perdeu eleitores

● TRE-PR aposta que abstenção será menor e número de votos não cairá

Entre os 20 maiores colégios eleitorais do Paraná, Curitiba será a única cidade que deverá ter menos votos neste ano em relação às últimas eleições, de 2010. De acordo com o números divulgados ontem pelo TRE-PR, os eleitores diminuiram em 137 mil pessoas, uma expressiva redução de 10%.

Segundo o TRE-PR o grande responsável pela queda é o sistema biométrico, já que nas cinco capitais que adotaram a novidade houve redução. Em Curitiba a queda foi maior (veja gráfico), mas mesmo assim, o TRE-PR afirma que não deverá haver diminuição de votos. "Nas últimas eleições a abstenção foi de 15%, nesta ela será baixíssima", aposta Marden Machado, coordenador de comunicação do TRE.

Segundo ele, muitos eleitores de Curitiba já haviam mudado de cidade, mas não trocado o título. "As cidades da região metropolitana tiveram um crescimento atípico do eleitores. São as pessoas que aproveitaram a biometria para trocar o endereço", afirma.

6%

foi o aumento de eleitorado no Brasil nas eleições de 2012 em relação às de 2008. A maioria dos eleitores são mulheres, com 51,9%, segundo os dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

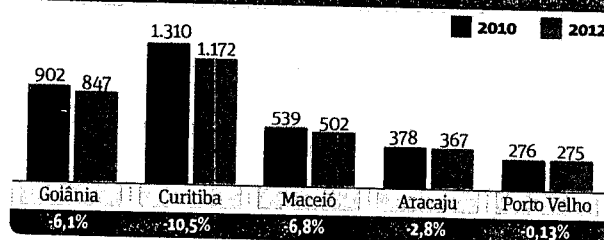
Na comparação com as últimas eleições, as cidades do interior paranaense tiveram aumento de eleitores. Em Londrina o índice foi de 2,2% - mesma tendência vista em Maringá (3,37%), Ponta Grossa (2,81%) e Cascavel (5,25%). No próximo ano, o sistema biométrico será implantado em Maringá e Londrina. "Também vai haver redução nessas cidades", espera Marden.

Os eleitores curitibanos que tiveram o seu título cancelado só vão poder regularizar a documentação a partir de novembro, depois das eleições.

Maior redução

Todas as capitais que fizeram biometria terão menos eleitores

Quantidade de eleitores, em milhares



*Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

02 OUT 2012

METRO

Câncer de mama faz mais vítimas

- No Paraná, número de mortes subiu de 759 para 799 entre 2010 e 2011
- Estimativa do Inca aponta 3,1 mil novos casos da doença apenas este ano

Entre 2010 e 2011, o número de mortes decorrentes de câncer de mama passou de 759 para 799 no Paraná. São 40 novos casos no período, segundo dados da Secretaria da Saúde. Já na série dos cinco anos anteriores, entre 2005 e 2009, o aumento foi de 619 para 722, conforme levantamento do Inca (Instituto Nacional do Câncer).

A maioria das mortes poderia ter sido evitada se a doença tivesse sido detectada no início – 95% evoluem para a cura, segundo a secretaria. O problema é que a realização da mamografia esbarra em educação.

Segundo a Saúde, das 920 mil mulheres para-

“Quanto mais cedo o câncer de mama for diagnosticado, maiores são as chances de tratamento e cura.”

MÁRCIA HUÇULAK,
SUP. DE ATENÇÃO À SAÚDE

naenses que têm entre 50 e 69 anos, a faixa etária mais atingida pela doença, menos da metade faz o exame regularmente.

“Nessa idade as mulheres entram na menopausa, outras perdem o companheiro e há aquelas que não têm mais a vida sexual ativa e confundem mamografia com exame ginecológico. Por motivos como esses, elas acham que não precisam mais fazer o exame”, explica a superintendente de Atenção à Saúde Márcia Huçulak.

O reflexo, afirma ela, é que dois terços dos tratamentos no SUS são de mulheres que chegam com a doença já em estágio avançado. “Quando elas procuram atendimento estão com o câncer instalado e pode-se fazer pouco, a não ser medidas paliativas, e a doença evolui para óbito”.

O reflexo, afirma ela, é que dois terços dos tratamentos no SUS são de mulheres que chegam com a doença já em estágio avançado. “Quando elas procuram atendimento estão com o câncer instalado e pode-se fazer pouco, a não ser medidas paliativas, e a doença evolui para óbito”.

Campanha

Baseada nessas informações, a secretaria deu início

ontem à campanha “Cuidado que não para”, em parceria com a ACP (Associação Comercial do Paraná). A ação aconteceu no Calçadão da XV, em Curitiba.

O laço rosa, desenho que simboliza a prevenção ao câncer de mama, ganhou a forma de infinito, chamando a atenção para o cuidado permanente. São 50 instituições envolvidas, que vão promover dezenas de ações em todo o Estado focando prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado.

Curitiba pode chegar a 730 novos casos

A estimativa do Inca para a capital é de 730 novos casos de câncer de mama este ano. As mulheres a partir de 50 anos concentram 59% deles, segundo a Secretaria Municipal da Saúde.

Em Curitiba as mortes também acontecem em decorrência do diagnóstico feito quando a doença já está em estágio avançado. Foram 210 no ano passado.

A mamografia pode ser agendada nas unidades de

saúde. Até agosto desse ano, foram 24,6 mil realizadas.

As mulheres são convidadas por agentes de saúde a realizar o exame no dia do seu aniversário. A estratégia faz parte de um conjunto de medidas de prevenção dessa e de outras doenças, que inclui ainda orientação e discussão do tema nos encontros de diabéticos e hipertensos e também de idosos.

● METRO CURITIBA

Sintomas

- ▶ Alterações na pele que recobre a mama, como abaulamentos (torna-se convexa) e retrações.
- ▶ Secreção no mamilo.
- ▶ Nódulo no seio, com ou sem dor, e na axila.

Deteção

- ▶ Exame clínico por profissional uma vez por ano para mulheres entre 40 e 49 anos.
- ▶ Mamografia a cada dois anos para mulheres entre 50 e 69 anos.

Prevenção

- ▶ Evitar a obesidade, o fumo e a ingestão de álcool.
- ▶ Manter uma alimentação saudável e praticar esportes regularmente.
- ▶ Evitar a exposição a radiações ionizantes, como raio-X e tomografia computadorizada, antes dos 35 anos.
- ▶ Podem estar mais predispostas a ter a doença mulheres que usaram contraceptivos orais de dosagens elevadas de estrogênio por longo período e as que usaram anticoncepcional em idade precoce, antes da primeira gravidez.

02 OUT 2012

METRO

'O Estado não tolera o poder que corrompe'

● Ao votar pela condenação de 12 réus ligados ao PMDB, PTB, PP e ao antigo PL, ministro Celso de Mello cita atos vergonhosos de corrupção

O ministro Celso de Mello deu ontem um dos mais duros votos do julgamento do mensalão ao optar pela condenação de 12 réus ligados ao antigo PL, ao PP, ao PTB e ao PMDB. "O Estado brasileiro não tolera o poder que corrompe e nem tolera o poder que se deixa corromper", afirmou o decano do STF (ministro há mais tempo na Corte), no voto que confirmou a condenação de dez réus acusados de corrupção passiva nesse capítulo da denúncia. Com o voto de Celso de Mello, também acabaram condenados o deputado Pedro Henry (PP-MT) e o ex-tesoureiro do PTB Emerson Palmieri, ambos por corrupção passiva.

Os votos dos demais ministros já haviam condenado o deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP) e os ex-parlamentares Roberto Jefferson (PTB), ex-secretário-geral do PL (atual PR), Bispo Rodrigues (PP), José Borba (ex-PMDB), Pedro Corrêa (PP) e Romeu Queiroz (PTB) pelo mesmo crime. O ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas e o ex-assessor do PP Claudio Genú também já têm votos suficientes para serem condenados por corrupção.

"Esses vergonhosos atos de corrupção parlamentar significam uma tentativa ilegal e ilícita de manipular criminalmente o processo democrático", disse Mello,

logo no começo de seu voto. "Quem tem o poder e a força do Estado em suas mãos não tem o direito de usá-los para exercer em seu próprio benefício a autoridade que lhe é conferida pela República", disse ainda.

O voto de Dias Toffoli condenou Roberto Jefferson e os demais acusados que integram seu partido por lavagem de dinheiro.

Primeiros empates

O voto do ministro Ayres Brito, presidente da Corte, empatou o julgamento no caso de dois réus: Pedro Henry tem cinco votos a favor e cinco votos contra a condenação por formação de quadrilha. No caso de José Borba, houve empate na

questão da lavagem de dinheiro. Britto sugeriu então que, como o julgamento continua e os ministros podem inclusive mudar seus votos, que os casos de empate sejam decididos apenas ao final do processo.

O empate foi possível porque o STF está desfalcado desde o fim de agosto, quando o ministro Cezar Peluso se aposentou por limite de idade. O substituto indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT), Teori Zavascki, ainda não assumiu o posto porque sua sabatina no Senado não foi concluída.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

FÓRUM CIC

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, instalado ontem (1/10), às 17h, o novo Fórum Descentralizado da Cidade Industrial. A finalidade dessa instalação é aproximar a Justiça da população, por meio da descentralização do Poder Judiciário, facilitando assim, o acesso dos moradores da região a serviços nas áreas de Família, Infância e Juventude e Juizados Especiais, que serão as competências do Fórum. Além da Cidade Industrial, a nova unidade do Judiciário abrangerá os bairros Augusta, Riviera e São Miguel. O novo Fórum, que funcionará na rua Ludovico Kaminski nº 2525, possui área de 1.490,57 metros quadrados, distribuídos em dois pavimentos. O prédio passou recentemente por reformas para a readequação de sua estrutura.

NOVA COMARCA

Em solenidade no último dia 26/9 o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, juntamente com o gestor do Processo de Instalação e Estatização do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, realizaram a solenidade de instalação de mais uma comarca no Sudoeste do Estado, a comarca de Ampére. Na mesma ocasião foi inaugurado o Fórum da cidade. O presidente Kfouri enfatizou que esta foi a terceira instalação de comarca na região Sudoeste do Estado, somando as comarcas já instituídas de Marmeleiro e São João, sendo esse um reflexo do desenvolvimento e do progresso da região.

APAC

Na quarta-feira (26/9), mesma ocasião em que foi instalada a comarca de Ampére pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, o governador Beto Richa e a secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, assinaram convênio com a primeira Associação de Proteção e Assistência aos Condenados do Paraná (Apac), que vai funcionar no município de Barracão. A Apac de Barracão é resultado de uma iniciativa da juíza da comarca Branca Bernardi, com apoio do Ministério Público, dos prefeitos da região, de lideranças políticas, sociais e religiosas e da comunidade local. A instituição vai funcionar no prédio que abrigava a Delegacia de Polícia de Barracão – que, por determinação do governador, está sendo transferido da jurisdição da Secretaria de Segurança Pública para a da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

CIDADANIA HONORÁRIA

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, e o gestor do Processo de Instalação e Estatização do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, receberam na terça-feira (25/9), Título de Cidadão Honorário do município de São João. A homenagem foi proposta pela Câmara de Vereadores da cidade. De acordo com o seu presidente, Ivan Carlos Carpeneda, a homenagem é em função dos relevantes trabalhos prestados ao município pelos desembargadores, em especial a instalação da comarca, que ocorreu no mês de junho passado.

02 OUT 2012

MUSEU DA JUSTIÇA

Para comemorar um ano da instalação, em novo espaço do TJ, o Museu da Justiça abre exposição temporária de armas, em homenagem aos presidentes do extinto Tribunal de Alçada e de objetos presenteados pela República da China ao Tribunal de Justiça. A exposição vai de 1º de outubro a 14 de dezembro, das 13h às 17h.

ÓRGÃO ESPECIAL

O Tribunal de Justiça do Paraná elegeu na segunda-feira (24/9), seis novos desembargadores para o Órgão Especial. Foram eleitos, nas vagas destinadas a membros da carreira da magistratura, os desembargadores: Paulo Roberto Vasconcelos, com 86 votos; Antônio Martellozzo, com 69; Eugênio Achille Grandinetti, com 68; Guilherme Luiz Gomes, com 64 e José Augusto Gomes Aniceto com 61 votos. Na vaga destinada a membros originários do Ministério Público foi escolhido o desembargador Clayton Coutinho de Camargo, com 65 votos. Os eleitos ocuparão a vaga por dois anos, sendo admitida a recondução por uma vez.

ÓRGÃO ESPECIAL 2

Visando à melhoria crescente da prestação jurisdicional, o Órgão Especial do TJPR aprovou a criação de duas Varas da Fazenda Pública em Maringá e Ponta Grossa; uma em Cascavel e outra, em Colombo. Além disso, Cornélio Procópio contará com mais uma Vara, dos Juizados Especiais, e Londrina, com a 2ª Vara da Infância e Juventude.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Camila Henning Salmoria (1º grau) e Fabio Andre Santos Muniz (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 1º a 8 de outubro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

02 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Prazo decadencial inicia quando recurso não é cabível

O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível mais nenhum recurso do último pronunciamento judicial, ainda que essa decisão negue seguimento a recurso pela ausência de algum dos requisitos formais, inclusive a tempestividade. Este foi o entendimento da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao julgar recurso interposto pela fazenda nacional. A decisão considerou tempestiva uma ação rescisória que contesta imunidade fiscal concedida à Esso pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e determinou o retorno dos autos à origem para prosseguimento da demanda.

A Turma acolheu a tese do fisco, seguindo a Súmula 401/STJ e diversos precedentes quanto ao tema. A súmula define que “o prazo decadencial da ação rescisória só se ini-

cia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial”. De acordo com o ministro Castro Meira, relator do processo no STJ, esse enunciado abrange a hipótese de recurso intempestivo contra a decisão que a ação rescisória quer desconstituir.

No caso, no curso de um Mandado de Segurança, o TRF-2 reconheceu à Esso o direito de não recolher a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre operações relativas a combustíveis e derivados de petróleo. Houve embargos de declaração, considerados intempestivos, posição confirmada pelo TRF-2 em julgamento colegiado. O fisco interpôs recurso ao Supremo Tribunal Federal, o qual, apesar de admitido num primeiro momento, posteriormente foi inadmitido.

Juizados nos aeroportos recebem 9,3 mil queixas no primeiro semestre

No primeiro semestre de 2012, os juizados especiais dos aeroportos do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Mato Grosso e do Distrito Federal receberam 9.391 reclamações dos usuários desses aeroportos. O total de queixas é 0,6% inferior ao volume de 9.442 manifestações registradas de janeiro a junho do ano passado. Os motivos que mais levaram os usuários de aeroportos brasileiros aos juizados especiais no primeiro semestre de 2012 foram extravio e violação de bagagem, falta de assistência, ausência de informações, atrasos e cancelamentos de voos.

Existem postos de juizados especiais instalados nos aeroportos do Rio de Janeiro (Santos Dumont e Galeão) e de São Paulo (Congonhas e Guarulhos); há também postos avançados no Aeroporto

Internacional Presidente Juscelino Kubitschek (Brasília) e no Aeroporto Internacional Marechal Rondon (Cuiabá).

O juizado instalado no aeroporto do Distrito Federal registrou 3.564 reclamações, seguido de Guarulhos com 3.046 e Congonhas com 1.205. Os juizados que obtiveram os maiores índices de acordos foram os localizados nos aeroportos do Rio de Janeiro. Em média, os acordos ficaram acima de 60% no Galeão e Santos Dumont.

Os postos avançados dos juizados especiais em aeroportos foram instalados em julho de 2010, por meio do Provimento n. 11 da Corregedoria Nacional de Justiça. A criação dos juizados tem por objetivo prevenir problemas e buscar a conciliação nos conflitos entre empresas aéreas, consumidores e prestadores de serviço.

Jurisprudência do STJ consolida arbitragem no Brasil

A arbitragem tem sido cada vez mais usada como forma de resolver conflitos no Brasil, principalmente por empresas. Uma solução encontrada o país que tem cerca de 90 milhões de processos em andamento, e os julgamentos demoram anos para acontecer, principalmente se envolver questão de alta complexidade técnica.

O rito é mais simples que o de um processo judicial. As partes, numa corte arbitral, aceitam se submeter à decisão do árbitro, que não é necessariamente advogado ou juiz, podendo ser especialista da área onde há controvérsia. Segundo a presidenta do Comitê Brasileiro de Arbitragem e doutora em direito pela Universidade de São Paulo, Adriana Braghetta, esse sistema é um método complementar de solução de controvérsias legais, disponível para empresas e cidadãos.

A arbitragem existe praticamente desde o Império Romano e sempre foi amplamente utilizado na Europa. No Brasil, é regulamentada pela Lei 9.307/1996, a Lei da Arbitragem. O Brasil é signatário da Convenção de Nova York, de 1958, que trata do reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras.

02 OUT 2012

GAZETA DO POVO

Orçamento do PR para 2013 é de R\$ 32,9 bilhões, 10% superior ao de 2012

Gastos em saúde, educação e segurança aumentam, mas acompanham as indicações constitucionais. Folha de pagamento consumirá cerca de 45% dos recursos

Taiana Bubniak

A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral encaminhou ontem à Assembleia Legislativa o texto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2013. O documento — que estima a receita e determina as despesas do estado para o próximo ano — aponta receita líquida para o próximo ano superior a R\$ 32,9 bilhões, cerca de 10,03% superior a calculada para 2012. Antes da votação, prevista para o fim de novembro, o texto passa pela Comissão de Orçamento da Assembleia.

As despesas presumidas coincidem com a arrecadação e estão distribuídas entre os órgãos. Na previsão di-

NÚMEROS

O orçamento do governo em 2012 e 2013 (em bilhões)

	2012	2013
Receita líquida	R\$ 29,6	R\$ 32,9
Saúde	R\$ 1,6	R\$ 1,9
Educação	R\$ 4,9	R\$ 5,7
Segurança	R\$ 1,4	R\$ 1,8

vulgada pelo governo, 2,42% do orçamento está previsto para a manutenção do Poder Legislativo; 4,60% para o Poder Judiciário; 0,14% para a Defensoria Pública do estado; 1,95% para o Ministério Público e o restante da verba (90,88%) garante o pagamento relativo aos gastos do Executivo.

Desse montante, R\$ 5,7 bilhões (cerca de 30%) devem ser investidos no ensino público. Em 2012, foram destinados R\$ 4,9 bilhões para a pasta. A verba destinada para a saúde passou de R\$ 1,6 bilhão para cerca de R\$ 1,9 bilhão, que corresponde a 12% do orçamento. A segurança pública ganha 9% da receita, passando de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 1,8 bilhão.

Funcionalismo público

Para as despesas com a folha de pagamento do Executivo foram reservados R\$ 11,2 bilhões, que correspondem a 45,07% dos recursos disponíveis. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Executivo pode comprometer até 49% da receita líquida com os servidores públicos. O Tribunal de Contas do Paraná alertou o Executivo em duas ocasiões, em fevereiro e abril, sobre a proximidade com o limite do gasto.

02 OUT 2012

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Agende o seu divórcio

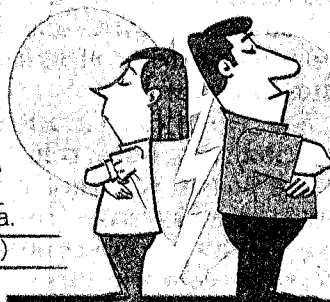
Estão abertos os agendamentos para as pessoas que queiram participar, de 15 a 19 de outubro, da Semana do Divórcio, no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Estácio.

Os atendimentos serão realizados gratuitamente pelos acadêmicos, supervisionados por advogados. A

ação tem o apoio do Tribunal de Justiça.

Informações pelo (41)

3088-0474.



02 OUT 2012

GAZETA DO POVO

Fruet e Greca prometem divulgar lista de servidores com salários

Candidatos do PDT e do PMDB se comprometeram a cumprir a Lei de Acesso à Informação de forma integral. Em Curitiba, decreto não exige divulgação individualizada

Euclides Lucas Garcia

■ A divulgação individualizada do salário de servidores públicos virou polêmica nacional desde novembro do ano passado, com a sanção da Lei de Acesso à Informação. Por meio de decreto, a presidente Dilma Rousseff determinou a publicação nominal como regra em órgãos federais. Na prefeitura de Curitiba, porém, o decreto que regulamentou a lei não prevê essa exigência. Entre os quatro principais candidatos a prefeito da capital, apenas dois afirmaram claramente que irão agir da mesma forma que a União.

Assinado em 30 de julho pelo prefeito Luciano Ducci (PSB), o decreto municipal não faz qualquer menção à divulgação individualizada do salário dos servidores na internet. Em vez disso, o texto afirma que é obrigação da administração proteger informações

personais relativas à intimidade e à vida privada. Decisões judiciais por todo o país têm entendido que a publicação nominal da remuneração de funcionários públicos fere esses direitos individuais. A posição, porém, não é unânime. O próprio Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, divulga de forma individualizada o salário de seus servidores desde julho

Hoje, a prefeitura de Curitiba publica na internet os nomes dos funcionários (efetivos e comissionados) acompanhados do cargo que cada um ocupa. Em outras tabelas, é possível cruzar essa informação com o salário base de cada função e as possíveis gratificações. No entanto, não há como saber a remuneração final dos servidores, com eventuais descontos e gratificações.

Opiniões

O candidato do PSC, Ratinho Jr., foi evasivo e não disse com clareza se vai ou não publicar o salário dos funcionários da prefeitura individualmente. “Vamos abrir o diálogo com os servidores e fazer de acordo com a decisão conjunta para não constranger qualquer pessoa, mas obedecendo a lei maior”, afirmou.

Atual prefeito e candidato à reeleição, Ducci declarou que “cumpre e vai continuar cumprindo a Lei de Acesso à Informação”.

Portanto, mantendo a posição atual da administração da capital, o postulante do PSB não pretende divulgar a remuneração dos servidores de forma individualizada.

Já Gustavo Fruet, candidato do PDT, afirmou que pretende publicar esses dados. “Ao contrário do que acontece hoje, vamos cumprir o que determina a lei e dar total transparência a todas as ações da administração pública e seus servidores”, declarou.

Por fim, o ex-prefeito e candidato do PMDB, Rafael Greca, também disse que dará acesso à remuneração de cada servidor de maneira nominal. “O meu governo será de transparência absoluta. Para isso, será criado o Portal Transparência para o acesso público e livre dos cidadãos à internet, contendo informações, dados e detalhes sobre gastos, custos e, inclusive, salário dos funcionários e servidores públicos, conforme determina a Lei de Acesso à Informação”, afirmou.

CONTINUA

02 OUT 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TRANSPARÊNCIA OPACA

Veja como os principais órgãos públicos do Paraná divulgam o salário de seus servidores para cumprir o que diz a Lei da Transparência:

Tribunal de Contas do Estado

Único a divulgar o salário dos servidores de forma detalhada — com descontos, gratificações e remuneração final — e individualizada, nominando cada funcionário.

Tribunal de Justiça e Ministério Público

Divulga a remuneração dos

funcionários de maneira detalhada — com descontos, gratificações e remuneração final — e individualizada, mas não nomina o servidor.

Governo do Paraná, prefeitura de Curitiba, Assembleia Legislativa do Paraná e Câmara de Vereadores de Curitiba

Publica a lista de funcionários e o cargo de cada um. Separadamente, divulga o salário base de cada função e as possíveis gratificações. Não há como saber a remuneração final dos servidores, com eventuais descontos e gratificações.

JULGAMENTO

Para TJ, divulgação integral dos dados é inconstitucional

No Paraná, recente decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) considerou inconstitucional a divulgação individualizada do salário de servidores públicos dos três poderes paranaenses. Na ocasião, o TJ tirou da Lei Estadual da Transparência o artigo que prevê a divulgação integral desses dados. O entendimento foi baseado na preservação dos direitos da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, além das garantias individuais aos

princípios da publicidade. Para o órgão, o interesse público estaria satisfeito com a publicação do número de cargos e funções em cada repartição, a respectiva atribuição, subsídio ou salário, e em que condições têm direito a gratificações ou vantagens. O nome de quem exerce as funções deve estar em local separado.

Com isso, caso algum poder resolva divulgar os salários individualmente, há o risco de a divulgação ser barrada, devido a esse entendimento do Órgão Especial do TJ. Por ora, a única instituição que faz essa divulgação nominal na internet é o Tribunal de Contas

GAZETA DO POVO

Ato relembra 20 anos do Massacre do Carandiru

■ No dia 2 de outubro de 1992, policiais invadiram o presídio do Carandiru durante uma rebelião e mataram, com o uso de metralhadoras, fuzis e pistolas, ao menos 111 presidiários. Até hoje, ninguém foi responsabilizado pelos crimes.

Para lembrar o Massacre do Carandiru, que completa 20 anos hoje, movimentos sociais e a Pastoral Carcerária vão fazer um ato na Praça da Sé, a partir das 15 horas, no centro da capital paulista. As informações são da Agência Brasil. O primeiro ato, ecumênico, terá início na Catedral da Sé. Cerca de uma hora depois, na Praça da Sé, ocorre um ato político-cultural.

“O ato não é apenas um resgate da memória dos 20 anos do Carandiru, uma situação clara de que não esquecemos, mas é uma denúncia pública sobre todas essas políticas de massacre das populações periféricas, pretas e pobres, que ainda acontece nos dias de hoje”, disse Rodolfo Valente, advogado da Pastoral Carcerária em São Paulo e integrante da Rede 2 de Outubro.

Julgamento

Na semana passada, o Tribunal de Justiça de São Paulo marcou o julgamento de 28 réus do caso Carandiru para o dia 28 de janeiro de 2013. O júri ocorrerá no Fórum da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo. O ex-comandante da Rota e o atual, tenentes-coronéis Salvador Madia e Nivaldo César Restivo, são réus do processo, mas não estão entre os que serão julgados em janeiro do ano que vem.

02 OUT 2012

JUSTIÇA

Tripulantes que jogaram camaronês ao mar vão a júri popular

■ A Justiça determinou que cinco das 19 pessoas que foram denunciadas pelo Ministério Público Federal (MPF) por cometerem os crimes de racismo, tortura e tentativa de homicídio contra o camaronês Ondobo Happy Wilfred devem ir a júri popular. Wilfred entrou clandestinamente em um navio de bandeira maltesa e, ao ser descoberto, apanhou e foi lançado ao mar. O MPF recorreu da decisão por avaliar que os outros 13 suspeitos também devem responder pelos crimes. A única denúncia descartada pela Procuradoria foi contra o capitão do navio, por falta de prova. O camaronês foi resgatado por tripulantes de um navio chileno e levado para Paranaguá, no Litoral do Paraná. Os cinco acusados vão responder por tentativa de homicídio, racismo e tortura.

COLUNA DO LEITOR

Penitenciárias

Mais camas em penitenciária para aumentar a capacidade das penitenciárias (**Gazeta**, 30/9) é um absurdo! Uma cadeia não é um depósito em que com mais uma prateleira se resolve o problema. É preciso saber se haverá água potável, energia elétrica, sistema de esgoto compatível, alimentação, agentes penitenciários, assistentes sociais, psicólogos, lugar adequado para aulas. Todo mundo sabe que quando se recebe um “hóspede” só um colchão não resolve.

Adilson Evangelista da Silva

02 OUT 2012

GAZETA DO POVO

» CÂNCER

Mamografia no SUS cresce, mas ainda não atinge a meta

! O número de mamografias realizadas por mulheres de 50 a 69 anos na rede pública cresceu 41% entre o primeiro semestre de 2012 e o mesmo período de 2010. Para atingir a meta estabelecida para 2014, no entanto, será preciso praticamente dobrar o número desses exames realizados no espaço de tempo de dois anos.

Dados divulgados ontem pelo Ministério da Saúde mostram que pouco mais de 1 milhão de exames foram realizados nos seis primeiros meses de 2012 em mulheres de 50 a 69 anos — faixa prioritária, em que a mamografia é indicada de forma universal.

No primeiro semestre de 2010, foram 726,9 mil na faixa. A meta é realizar 3,8 milhões de exames na faixa em 2014.

Ontem, o ministério divulgou um novo programa com o objetivo de aumentar a cobertura da mamografia: o Programa de Mamografia Móvel vai fazer circular os exames pelo território com menos acesso aos serviços de saúde.

Paraná

O número de mamografias realizadas pelo SUS no Paraná aumentou 6,8% nos primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período de 2011. No total, 172,6 mil mulheres paranaenses foram submetidas ao exame na rede pública nos seis primeiros meses de 2012.

02 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

ALMIRANTE TAMANDARÉ

Fórum

O Fórum Cível da Comarca de Almirante Tamandaré, que hoje está sediado num prédio de uma escola alugada no centro da cidade, contará até o final do ano com uma nova sede no município. A obra está sendo construída pelo Tribunal de Justiça numa área de 8.600 m². O fórum recebe um investimento de mais de R\$ 8 milhões e de acordo com o Tribunal de Justiça, as novas instalações devem começar a ser utilizadas em 2013.

02 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

Justiça tira programa de Greca

A juíza Renata Estorilho Baganha, da 3ª Zona Eleitoral, deu direito de resposta a Luciano Ducci (PSB), que terá dois minutos no programa eleitoral de Rafael Greca (PMDB) amanhã, à tarde e à noite. Ao proferir a sentença, a juíza esclarece: “Se assim não fosse, para que serviria a Justiça Eleitoral? Fechar os olhos para propagandas eleitorais que derramam mentiras, fatos não provados, injúrias, calúnias e ofensas, seria ato bem mais cômodo ao magistrado de que fundamentar uma decisão contrária a este tipo”. Com a decisão, Greca perderia praticamente o último dia de programa eleitoral. Cabe recurso.

Pitaco

Palavras do senador Roberto Requião (PMDB) no Twitter: “Quem gosta de debate de alto nível é quem tem o rabo preso”.

Patrimônio

O juiz e relator Marcos Roberto Araújo dos Santos negou recurso da coligação Curitiba Sempre na Frente e manteve a decisão que autoriza a circulação do jornal que reproduz reportagem da revista *Veja* sobre a evolução patrimonial do prefeito e candidato à reeleição, Luciano Ducci (PSB). O jornal foi produzido pela coligação de Gustavo Fruet (PDT). Na decisão, o juiz lembrou que a Procuradoria Regional da República determinou que a Receita Federal investigue as denúncias de irregularidades na evolução patrimonial de Ducci. “Anotar-se que se a Procuradoria Regional da República tivesse concluído pela absoluta insubsistência dos elementos constantes da notícia-crime não teria determinado seu encaminhamento à Receita Federal, mas teria, desde logo, requerido seu arquivamento, o que não ocorreu”, afirma o magistrado.

CONCURSO

TRF4 abre processo seletivo no Sul

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) realizará concurso público para provimento de cargos de nível superior, analista judiciário/apoio especializado, nos três estados da Região Sul. O edital do concurso foi publicado ontem, no Diário Oficial da União.

Serão ao todo oferecidas três vagas para provimento imediato e quatro para cadastro reserva. A Subseção Judiciária de Porto Alegre oferece duas vagas, uma para arquivologia e uma para médico psiquiatra. A Subseção Judiciária de Florianópolis, uma vaga para engenheiro civil e duas vagas em cadastro reserva para engenheiro elétrico. A Subseção Judiciária de Curitiba terá apenas preenchimento de cadastro reserva para engenharia elétrica.

As inscrições começam às 10 horas do dia 8 deste mês e terminam às 14 horas do dia 26, apenas por Internet, através do endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br. No ato da inscrição, o candidato deverá imprimir o comprovante. O valor da inscrição é de R\$ 100,00 a ser pago por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no Banco do Brasil, até o dia 21 de novembro.

02 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

YOU TUBE

Justiça manda Greca remover programa

A juíza Renata Estorilho Baganha concedeu liminar proibindo que o programa do candidato do PMDB a Prefeitura de Curitiba, Rafael Greca, continue sendo veiculado no You Tube. Segundo a juíza, o vídeo possui informações inverídicas. Já o candidato denunciou ontem estar sofrendo censura. A ação pedindo a retirada da propaganda foi da Coligação Curitiba na Frente, do atual prefeito e também candidato Luciano Ducci (PSB)

O programa eleitoral de Greca fez críticas à atual gestão municipal e ao que ele chamou de “fracasso administrativo” de Ducci à frente da Prefeitura de Curitiba. “Um grande prefeito não se faz com propaganda, mas na cidade real. As pessoas sabem que um grande prefeito não se faz com as obras dos outros, mas com sua própria obra”, diz trecho do vídeo.

Durante o vídeo, Greca fala de problemas na área de saúde, a falta de vagas nas creches, a omissão aos moradores de rua, a falta de planejamento e de orientação da administração para a execução de programas governamentais. “O governo Ducci foi ruim. E a qualidade de gestão foi tão

Durante o vídeo, Greca fala de problemas na área de saúde, a falta de vagas nas creches, a omissão aos moradores de rua, a falta de planejamento em programas governamentais

sofrível como é a qualidade das obras”, acusou o candidato.

Para a juíza, algumas acusações feitas por Greca não podem ser provadas e “causam grandes danos ao pleito, uma vez que as inverdades apresentadas causam, artificialmente na opinião pública, estados mentais e emocionais, destinados a conceber conceito inverídico e ofensivo que causam prejuízos eleitorais ao candidato representante”. A liminar concedida pela juíza ainda determina multa de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

Segundo Greca, “deselegante é a desorientação da atual administração municipal, o uso da máquina pública em campanha eleitoral, a manipulação das pes-

quisas, as obras de péssima qualidade feitas às vésperas da eleição, a expropriação do trabalho

dos servidores públicos na campanha política, a interminável obra da Linha Verde, conhecida vulgarmente como “Lesma Verde”, um metrô nanico enterrado, entre apenas dois bairros ao custo de R\$ 2 bilhões, uma Ponte Estaiada de quase R\$ 80 milhões”.

Carta aberta - Greca divulgou ontem em seu site uma carta aberta dirigida a Ducci. No documento, ele discute novamente a paternidade do Mãe Curitibana e de outros programas. “Com propaganda abusiva tentou enganar o povo, dizendo que o acervo de obras que tornava Curitiba melhor, aos olhos do mundo, era seu. Não era. Disse que o programa Mãe Curitibana era seu. Não era. Criado por um grande prefeito Rafael Greca e seu grande secretário de Saúde Armando Raggio, quando você, Luciano, era chefe de gabinete do Raggio”, diz a carta.

Greca ainda diz que o atual prefeito se “apoderou” como se a ideia fosse sua do sistema de transporte coletivo, idealizado por Jaime Lerner e dos Armazéns de Família, idealizados por Roberto Requião quando prefeito. “Assumi como obras suas o Parque Tanguá, o Restaurante de I real, os Liceus de Ofícios, as Ruas de Cidadania, os Postos 24 Horas, e não fez nada disso”, completa.

02 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

O massacre do Pavilhão 9

A morte trágica de 111 presos no Pavilhão 9 da Casa da Detenção está completando 20 anos e o caso ainda continua tramitando no Judiciário. O estabelecimento penal tinha, à época, 7.257 presos, mais do que o dobro da sua capacidade. Cerca de 2.700 estavam recolhidos no Pavilhão 9, no dia 2 de outubro de 1992, quando surgiu um conflito entre detentos de facções rivais. A situação tornou-se incontrolável e a direção da Casa de Detenção chamou a Polícia Militar. Durante a invasão, 102 presos morreram a tiros e 9 em decorrência de ferimentos provocados por facas.

Passados 20 anos, só um dos réus – o coronel Ubiratan Guimarães, que comandou a invasão – foi julgado. Acusado pelo Ministério Público da autoria de 102 homicídios e de 5 tentativas de homicídio, Guimarães foi condenado pelo 1.º Tribunal do Júri de São Paulo a 632 anos de prisão, em 2001. Mas, considerando que os jurados não responderam consistentemente aos quesitos formulados pelo juiz, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo anulou a condenação, em 2006, sob fortes críticas de entidades de advogados e ONGs de direitos humanos.

Na semana passada, o Tribunal de Justiça marcou para 28 de janeiro de 2013 o início do julgamento dos primeiros 28 policiais militares acusados de homicídio qualificado, por terem

participado da invasão do Pavilhão 9. Na época, foram denunciados pelo Ministério Público cerca de 300 policiais militares, mas apenas 79 continuam respondendo a processo. A maioria dos denunciados respondia por crime de lesão leve, que já prescreveu. A promotoria já arrolou 75 testemunhas, das quais 22 são agentes penitenciários, um é ex-diretor da Casa de Detenção e os demais são detentos que sobreviveram ao massacre. Por seu lado, a defesa arrolou 10 testemunhas – dentre elas, os 3 magistrados que acompanharam as negociações com os presos durante o motim, o então secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, e o ex-governador Luiz Antonio Fleury Filho. Durante o inquérito, foram ouvidas 469 pessoas.

Antes do início do julgamento será preciso identificar os réus e as testemunhas que já faleceram. Por causa do grande número de réus e testemunhas, o caso será julgado em 3 etapas, com um intervalo de 45 dias entre elas, pois não haveria condições para que acusação e defesa apresentassem suas teses se todos os policiais militares acusados de homicídio qualificado fossem levados de uma só vez a júri. Segundo a denúncia da promotoria, no 1.º e 2.º andares do Pavilhão 9, a repressão ficou a cargo do Batalhão de Choque. No 3.º andar, ficou sob a responsabilidade do Comando de Operações Especiais. E no 4.º andar, a invasão foi feita pelo Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate).

Nada garante que o julgamento começará efetivamente em janeiro do próximo ano, uma vez que a advogada dos 79 policiais militares, Ieda Ribeiro de Souza classificou a decisão do Tribunal de Justiça como “precipitada” e alegou não ter sido notificada. Segundo ela, como até hoje as armas utilizadas pelos réus na invasão do Pavilhão 9 não foram periciadas, não há como se fazer a defesa de cada um deles. “É preciso individualizar a conduta de cada réu. Do jeito que está, todos estão respondendo por tudo”, disse ela, depois de afirmar que poderá impetrar um habeas corpus para que o julgamento “ocorra com as provas adequadas”.

De fato, a legislação processual penal prevê que a acusação tem de demonstrar a responsabilidade de cada réu. Há quem veja nisso um defeito do Código de Processo Penal, que foi editado em 1941. Mas, do ponto de vista legal, a defesa está agindo rigorosamente dentro da lei. Para a promotoria, o desafio é sustentar as acusações sem ter como prova os exames de balística. Outra questão jurídica também atrasou o caso – entre 1992 e 1996, o processo tramitou na Justiça Militar, passando depois para a alçada da Justiça comum, por causa da entrada em vigor da Lei 9.299/96. Além disso, como foi eleito deputado estadual em 1997, o coronel Ubiratan Guimarães ganhou o direito a foro especial, o que exigiu o desmembramento do processo, cujo desfecho poderá ainda demorar anos.

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

02 OUT 2012

Chamada final

Cármen Lúcia, presidente do TSE, começou a enviar ofícios a presidentes de TREs e aos três mil juízes eleitorais do País. Resaltando que conta com eles para que tudo dê certo.

Olho nele

Grande suspense sobre o voto do revisor **Ricardo Lewandowski**, do STF, esta semana. Sobretudo a respeito do que ele considera "corrupção passiva".

DORA KRAMER

Inconstitucional. Na primeira parte da sabatina do ministro Teori Zavascki no Senado passou praticamente despercebida a resposta do indicado ao STF sobre a possibilidade de haver recursos a cortes internacionais para contestar as sentenças da ação 470.

Ele disse o seguinte: "Acho que é contra a nossa Constituição e contra a jurisprudência do Supremo".

Vida útil. Sem comparações. Apenas a título de contribuição ao conceito de velho e novo na política: se Nelson Mandela, 94, tivesse se aposentado aos 70 anos de idade não teria liderado o processo do fim do regime segregacionista do apartheid, não teria recebido o prêmio Nobel da Paz nem teria sido presidente da África do Sul, de 1994 a 1999.

Mandela retirou-se da vida pública aos 85 anos.

CASO BRUNO

STF nega outro recurso para libertar ex-goleiro

O Supremo Tribunal Federal negou novamente pedido de liminar para libertar o ex-goleiro Bruno Fernandes, preso desde 2010, acusado de matar a ex-amante Eliza Samudio. O STF ainda vai analisar o mérito do recurso, mas se a decisão do relator, ministro Joaquim Barbosa, for mantida, Bruno terá de aguardar seu julgamento, ainda sem data para ocorrer, na cadeia. Desde que foi preso seus advogados tentam colocá-lo em liberdade. Só no Tribunal de Justiça de Minas Gerais foram apresentados 60 recursos.

Google obtém liminar a favor de seu diretor

O TRE-SP concedeu liminar ao Google, que impede a prisão do diretor Edmundo Luiz Pinto Balthazar. Citado por crime de desobediência, ele teve a detenção pedida pelo juiz de Ribeirão Preto, Sylvio de Souza Neto, em razão de publicações na internet. No fim de semana o desembargador Antônio Mathias assinou liminar em favor do Google. Até o julgamento o diretor segue sem risco de ser preso.

PARANÁ

Fruet poderá publicar material em Curitiba

O candidato a prefeitura de Curitiba Gustavo Fruet (PDT) obteve ontem autorização para a circulação de um jornal com reportagem sobre o crescimento suspeito do patrimônio do candidato à reeleição Luciano Ducci (PSB), de R\$ 1 milhão para R\$ 30 milhões. Para o juiz Marcos Araújo dos Santos, a Procuradoria Regional da República determinou a investigação sobre o caso para a Receita.

Justiça proíbe DEM de citar mensalão em propaganda eleitoral em Salvador

Os programas da coligação liderada pelo DEM em Salvador, que tem como candidato à prefeitura ACM Neto, estão proibidos de mencionar ou fazer referência ao julgamento do mensalão, em curso no Supremo Tribunal Federal. A decisão, tomada no fim de semana pelo juiz Eduardo Afonso Maia Caricchio, da 12.ª Zona Eleitoral, acolheu pedido da campanha de Nelson Pelegrino (PT), e concedeu direito de resposta de 6 minutos à coligação petista. Desde que Pelegrino passou a usar o vídeo de ACM Neto prometendo "dar uma surra" no então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o DEM começou a citar o mensalão, encerrando seus programas com uma homenagem ao ministro do STF Joaquim Barbosa, relator do processo.

Delegacia da Mulher atolada de inquéritos

O trabalho desenvolvido pela Delegacia da Mulher aponta para esgotamento na sua capacidade de atendimento ao público, por excesso de inquéritos. A titular da especializada, Maritza Haisi, explicou que a delegacia tem 8 mil inquéritos em andamento, mas acredita que o número chegue a 10 mil até dezembro.

Cerca de mil boletins de ocorrência chegam à DM mensalmente e entre 200 e 250 viram inquéritos. "Para deter o acúmulo de inquéritos, precisamos de seis delegados, 20 escrivães, e 28 investigadores", assegurou Maritza. Hoje, são três delegadas, oito escrivães e 20 investigadores.

Mudanças

A delegada disse estar autorizada a alugar um prédio, em que funcionará a delegacia e o Centro de Referência (CR) em Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o que vai facilitar a orientação às pessoas que procuram a delegacia e permitir que investigadores se dediquem mais ao trabalho policial. Hoje, a DM funciona ao lado do Colégio Estadual do Paraná, na Rua Padre Antônio, Alto da Glória, o CR fica no Bom Retiro.

Outra inovação que irá beneficiar o atendimento às vítimas de violência doméstica são novos campos a serem preenchidos no boletim de ocorrência. neles serão discriminados os tipos de violência sofridos.

Maritza disse que o decreto que gerou a Delegacia da Mulher, aprovado ainda em 1986, não foi adequado à Lei Maria da Penha, o que deve acontecer até o fim do ano.

Patrimônio

O juiz eleitoral Marcos Roberto Araújo dos Santos negou recurso da coligação de Luciano Ducci (PSB) e manteve a decisão que autoriza a circulação do jornal que traz reportagem intitulada "Patrimônio de Luciano Ducci salta de R\$ 1 milhão para R\$ 30 milhões, em 4 anos".

Mensalão

A maioria dos ministros do STF concluiu ontem que houve esquema de compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula, entre 2003 e 2004. Com dez integrantes desde a aposentadoria do ministro Cezar Peluso, o STF se viu diante do primeiro empate no julgamento do mensalão. A análise das acusações que o ex-líder do PMDB na Câmara, José Borba (PP), hoje prefeito de Jandaia do Sul, lavou dinheiro do "valerioduto" terminou com placar de 5 votos pela condenação e 5 pela absolvição. O presidente do tribunal, ministro Ayres Britto, afirmou que o caso será solucionado só no final do julgamento.

Crime

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou, por unanimidade, o entendimento que crimes de estupro e atentado violento ao pudor são hediondos, mesmo sem morte ou lesão grave da vítima.

02 OUT 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Cidade tem menos eleitores

Enquanto o eleitorado paranaense cresceu 1,6% em relação às eleições de 2010 - passando de 7.601.553 para 7.727.727 pessoas -, o de Curitiba encolheu 10,4% - de 1.309.961 para 1.172.939. A explicação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) para esta expressiva redução é o recadastramento biométrico, que usará pela primeira vez o sistema de impressões digitais para identificar os votantes. Mesmo assim, permanece como maior colégio eleitoral do Estado, já que a segunda colocada, Londrina, não chega a um terço dos aptos a votar em Curitiba: 360.568.

A maior parte dos eleitores do Paraná (32,2%) tem ensino fundamental incompleto. 19,8% têm ensino médio incompleto. Apenas 6,5% possuem curso superior completo e há ainda 3,6% de analfabetos. Os paranaenses irão às urnas neste domingo para escolher 399 prefeitos e vices e 3.864 vereadores. Um "batalhão" de 31.421 candidatos (29.301 a vereador e 1.060 chapas para prefeito e vice) disputa os votos. Só na capital, são 768 concorrentes: 752 de olho nas 38 cadeiras da Câmara e sete interessados na prefeitura. O oitavo inscrito, Carlos Moraes (PRTB), teve a candidatura indeferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além da capital, há possibilidade de segundo turno em mais quatro cidades: Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Trabalhos

Em Curitiba, 19.440 mesários foram convocados para atuar nas 3.888 seções espalhadas pelos 414 locais de votação. O maior número de votantes (8.044) está concentrado no Colégio Estadual Senhorinha de Moraes Sarmento, na Vila Centenário, Cajuru. E o menor (224) está na Escola Municipal Governador Leonel de Moura Brizola, no Tatuquara. Já entre os bairros, a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) é disparadamente o campeão de votantes: 100.399. O segundo lugar é do Sítio Cercado, com 71.646 eleitores. A menor quantidade de eleitores está no Ganquinho: apenas 717.

Risco de não assumir prefeitura

Os seis envolvidos na denúncia de abuso de poder político e econômico na disputa eleitoral em Campo Largo serão intimados judicialmente. Na semana passada, a 9.ª Zona Eleitoral acatou a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) proposta pelo Ministério Público do Paraná, através do promotor eleitoral de Campo Largo, Aurélio José Aggio. Dentre os investigados estão o prefeito Edson Basso (PMDB), o candidato Udo Schimidt Neto (PMDB), o candidato a vereador José Antônio Lopes (PMDB), conhecido como "Batata" e funcionários da Secretaria Municipal da Saúde e de Obras.

Eles aparecem em vídeos entregues por uma funcionária comissionada da Secretaria da Saúde ao MP-PR que motivaram as investigações. "As intimações devem ser recebidas nesta semana e cada envolvido terá cinco dias úteis para preparar a defesa. Caso seja julgada procedente a ação, como é o registro da candidatura questionado, quem for eleito perde o cargo. E todos os condenados ficarão inelegíveis por oito anos", explicou o chefe eleitoral da 9.ª Zona, Leandro Nogueira. Além do processo eleitoral, o prefeito poderá responder por improbidade administrativa.

02 OUT 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Após 20 anos, não há condenados pelo massacre do Carandiru em SP

Passados 20 anos, apenas uma pessoa foi condenada e, mais tarde, absolvida, pelo massacre do Carandiru. O único acusado pelos resultados da tragédia que foi julgado até agora, coronel Ubiratan Guimarães, o comandante da Polícia Militar à época, foi inocentado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em fevereiro de 2006. O militar foi assassinado em setembro do mesmo ano, em crime do qual é acusada a então namorada. Em 2001, o coronel Ubiratan, como era conhecido, tinha sido condenado a 632 anos de prisão pela morte de 102 dos 111 prisioneiros que foram vitimados na invasão do complexo penitenciário do Carandiru. Segundo documento de 2000, da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), órgão ligado à OEA (Organização dos Estados Americanos), havia superlotação no complexo.

Ratinho terá que pagar 500 salários mínimos para Falcão

A Terceira Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) manteve condenação do apresentador Carlos Roberto Massa, conhecido como Ratinho, e da TV SBT Canal 4 de São Paulo S/A ao pagamento de indenização de 500 salários mínimos por dano moral ao ex-jogador de futebol Paulo Roberto Falcão. O Programa do Ratinho exibiu matéria sobre questões familiares da vítima, de forma vexatória e sensacionalista, causando constrangimento público. Falcão

ajuizou ação contra Ratinho e a emissora. Em primeiro grau, os réus foram condenados ao pagamento de R\$ 1 milhão por danos morais, além de divulgação do resultado do julgamento no programa. Os réus apelaram e o TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) diminuiu a indenização para 500 salários mínimos, calculados no momento do pagamento efetivo.